

Humberto Baquero Moreno: obra histórica

José Marques *

Introdução

Temos estado reunidos, nestes dias – e nesta hora, de forma muito particular – em torno do Senhor Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno para lhe dizermos e significarmos expressamente quanto o admiramos e estimamos pelas excelentes qualidades humanas inatas, que tão bem soube cultivar ao longo da vida e de que todos nós beneficiamos, e pela vasta e inovadora obra histórica já levantada, e que – assim o esperamos –, com a permissão de Deus, continuará a crescer por muitos anos. Com a admiração e estima colectivas, queremos manifestar-lhe também, Senhor Professor, a nossa gratidão pelo muito que fez, durante os vinte e seis anos de dedicação a esta Faculdade e, consequentemente, à Universidade do Porto.

Sem me arrogar funções que melhor caberão a outrém, não posso deixar de evocar, neste momento, os relevantes serviços prestados à Cultura Portuguesa tanto à frente do Arquivo Distrital do Porto, que dirigiu em duas fases diferentes, como na direcção do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e tudo o que fez pelo desenvolvimento do medievalismo português e pelo estreitamento das relações, sobretudo, com os nossos colegas espanhóis e brasileiros.

Quiseram os promotores destas jornadas de homenagem ao Sr. Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno que eu fizesse uma apresentação da sua obra histórica até agora realizada, que se encontra em fase de pujante crescimento. Aceitei da melhor vontade corresponder a este desiderato, embora consciente de que outros poderiam fazê-lo de forma mais eloquente e consentânea com a solenidade deste acto; mas sendo dos professores desta Faculdade que mais de perto conviveram com o nosso homenageado, desde a sua chegada, em Setembro / Outubro de 1974, assumo esta missão não só como especial deferência da Organização para comigo – gesto que agradeço –, mas também como um agradável dever, dadas a longa amizade e estima que a colaboração profissional durante vários anos, nos princípios da minha carreira, ajudou a consolidar.

Feitas estas observações iniciais, cumpre-me apresentar, de forma necessariamente muito breve, os vectores dominantes da vastíssima obra histórica do Prof. Humberto Baquero Moreno, cujo elenco disponível regista 294 títulos, distribuídos por livros, capítulos e artigos integrados em obras colectivas, actas de congressos e colóquios, revistas, prefácios e entradas de dicionários de diversa índole, tendo sempre presente a sua vida, uma vez que a obra de qualquer autor se reveste de contornos especiais e ganha novas dimensões, quando articulada com as circunstâncias históricas em que a mesma surgiu.

Por isso, sem invadir o tema reservado à intervenção da Sra. Dra. Maria Fernanda Santos, não poderei deixar de referir alguns aspectos de carácter mais pessoal, aliás, indispensáveis, porque reveladores do seu perfil humano, que, mal chegou à Faculdade de Letras, em 1974, logo começou a ser notado e a impôr-se no meio académico e social do Porto.

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O Prof. Humberto Baquero Moreno, apesar de ainda vinculado à jovem Universidade de Lourenço Marques, através da obra já publicada, não era um desconhecido entre nós, no ano lectivo de 1973-1974. Conhecia parte dessa obra, nomeadamente, alguns artigos publicados nos *Arquivos do Centro Cultural Português*, de Paris, desde que, no âmbito do seminário curricular do 5º ano da licenciatura em História, tinha iniciado o trabalho de preparação da dissertação de licenciatura, oficialmente abolida poucos meses após o 25 de Abril, e pelas informações, relativas à sua monumental tese de doutoramento sobre *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*¹ e ao trabalho complementar, *Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa*, reiteradas vezes ampliadas pelo Prof. Doutor António Cruz, orientador do seminário de História Medieval de Portugal e membro do júri das provas do seu doutoramento, e, por isso, ao tempo, um dos raros possuidores destas obras.

A imagem formada através da leitura dos referidos artigos e informações era a de alguém que dominava perfeitamente e documentava de forma segura os temas expostos, traduzindo já um estilo de fazer história que nunca abandonou, mas foi-se transformando e ganhando novos contornos, a partir do primeiro encontro, em Setembro / Outubro 1974, na sala dos professores de História, no edifício da antiga Escola Médico-Cirúrgica, onde a Faculdade restaurada teve as primeiras instalações, e à medida que, além do consagrado especialista em História Medieval, particularmente devotado ao estudo da sociedade, se revelava detentor de fortes recursos nas áreas do Direito, da Psicologia, da Filosofia e nos domínios da Literatura Espanhola, capaz de recitar de cor numerosos poemas dos seus clássicos antigos e modernos.

2 – Primeira fase – (1963-1974)

Esta nota biográfica era necessária para se compreender que a produção historiográfica do Prof. Baquero Moreno cobre também um período importante que antecede os vinte e seis anos de serviço prestado a esta Faculdade, impondo-se, por isso, distinguir duas fases cronológicas, neste vasto *curriculum* unitário, marcando o ano de 1974 o termo da primeira e o início da segunda, correspondendo também, de certo modo, a períodos, a vários títulos, diferentes da sua vida. A primeira, de quase uma década, situa-se entre a assinatura do contrato para 2º assistente dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, em 19 de Dezembro de 1963 e o regresso definitivo à Metrópole, no fim do ano lectivo de 1973-1974.

Esta década foi de tal forma decisiva na sua vida académica que, ao chegar ao Porto, já se fazia acompanhar de um *curriculum* significativo, dado que, além da tese de doutoramento pela Universidade de Lourenço Marques, impressa em 1973 e, por razões de ordem prática, defendida pela Universidade de Lourenço Marques, na Universidade de Lisboa, nos princípios de 1974, de 1966 a 1972, tinha publicado 17 estudos da maior importância para um melhor conhecimento do século XV, e contava mais cinco no prelo, entre os quais o *Infante D. Pedro e as merceiras da rainha D. Leonor*, apresentado no “Congresso Luso-Espanhol Sobre a Assistência”, realizado em Lisboa, em 1972, cuja divulgação entre os alunos de 1974-1975 teve grande êxito.

Neste núcleo da produção científica do Prof. Baquero Moreno, avulta a sua tese de doutoramento, que, juntamente com as do Pe. Avelino de Jesus da Costa e de Salvador Dias Arnaut, ficou, durante muito tempo, como meta e modelo para muitos de nós, à qual, mais à frente, me vou referir. Alguns dos títulos da sua obra, publicados nos seis anos que precederam a conclusão e impressão da dissertação de doutoramento, reflectem influência dos professores de História do Direito, em particular, Manuel Paulo Meréa, Guilherme Braga da Cruz, que muito admirava e expressamente cita, a que, mais tarde, no âmbito da temática sobre o municipalismo,

¹ Dado que neste volume se apresenta uma exaustiva bibliografia activa do homenageado, a fim de evitar repetições desnecessárias, omitem-se as referências bibliográficas das obras mencionadas no texto.

se viria somar a de Marcello Caetano, prestigiado Professor e Reitor da Universidade de Lisboa. De entre estes prestigiados professores e investigadores nas áreas da História do Direito, que podiam servir de referência a qualquer historiador, é notória a influência dos estudos histórico-jurídicos de Paulo Merêa, dedicados à *Evolução dos regimes matrimoniais* e a outros aspectos da história da família, no jovem assistente Baquero Moreno. Foi nesta perspectiva que em três anos sucessivos publicou *Subsídios para o estudo da adopção em Portugal na Idade Média (D. Afonso IV a D. Duarte)*, em 1966, *Subsídios para o estudo da legitimação em Portugal na Idade Média (D. Afonso III a D. Duarte)*, em 1967, e *Nótula sobre a legitimação dum filho de pais incógnitos em 1444*, em 1968.

Quanto a esta última nota, não obstante a sua brevidade, não deixou de frisar a sua importância, por se tratar, segundo julgava, «*dum caso muito raro, talvez mesmo único, existente em toda a nossa Idade Média*», vincando, mais uma vez, a sua sensibilidade inovadora na esfera das relações entre a História e o Direito. Nestes estudos, apesar da sua evidente natureza histórico-jurídica, não se pode olvidar a marca e o interesse pelo social, de que o autor se havia ocupado na dissertação de licenciatura.

Ainda como aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, Baquero Moreno integrou um grupo de trabalho que, sob a orientação de Virgínia Rau e de A. H. de Oliveira Marques, procedeu à investigação e elaboração de uma intervenção tripartida sobre a *Peste Negra*, no Congresso Histórico de Portugal Medievo, realizado em Braga, em 1959, tendo-lhe cabido em sorte elaborar e apresentar o segmento dedicado às *Consequências sociais da Peste Negra*, que só viria a aparecer no vol. I das actas, publicado em 1963, pp. 229-239. A experiência, então, adquirida e o conhecimento dos trágicos efeitos demográficos, económicos e sociais da peste estudada, estimularam-lhe a sensibilidade para esta temática, que o levou a prestar atenção aos documentos que lhe permitiram elaborar e publicar, em 1968, o estudo sobre *A epidemia de 1453-1454*, documentada desde Valença do Minho a Tavira, passando por Braga, Guarda, Serpa e Évora, tendo concluído que «*afectou as estruturas sociais e económicas da nação, tendo contribuído para um retardamento do aumento demográfico em Portugal no século XV*».

Desta primeira fase da vida universitária do nosso homenageado, nas longínquas paragens de Moçambique, data de 1968 a publicação de *Os itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)*, que abrangem todo o período da regência, exaustivamente, sob a designação de *antecedentes* da batalha de Alfarrobeira, reeditados com novos mapas, menos sofisticados, mas extremamente claros, pela Universidade Portucalense, na colectânea *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Itinerários e Ensaios Históricos*, em 1997. Estes itinerários, independentemente da sua importância para se acompanhar a movimentação do regente Infante D. Pedro, através do Reino, que ajuda a compreender alguns aspectos da sua acção governativa, são os primeiros de uma série que prosseguiu como docente da Faculdade de Letras do Porto, com os *Itinerários de El-Rei D. Duarte (1433-1438)*, editados pela Academia Portuguesa da História, em 1976, e *Os itinerário de El-Rei D. João I (1384-1433)*, de cuja publicação se incumbiu o ICALP ou Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, dependente do Ministério da Educação, em 1988, vindo a propósito informar que a série não está encerrada, uma vez que o Sr. Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno está a ultimar *Os Itinerários de D. Afonso V*, em que, há muito, está a trabalhar. Se, em relação a este núcleo da sua obra não se pode afirmar que foi pioneiro, pois bem conhecia os *Itinerários de D. Dinis*, elaborados por Virgínia Rau, merece realce a metodologia utilizada pela simplicidade e clareza, imitada por outros, entre os quais me incluo, com os *Itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)*.

Os itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448) foram elaborados e surgiram num período coincidente com a fase de pesquisa destinada à elaboração da dissertação de doutoramento, que estuda também os anos da regência de forma exaustiva. Não lhe faltavam, por isso, elementos

sobre os Infantes D. Henrique e D. Pedro e outros descendentes do fundador da Dinastia de Avis, bem como sobre as relações diplomáticas com Castela e Aragão, que lhe permitiram redigir um conjunto de estudos em torno desta vasta temática, que directa ou indirectamente se articula com diversos membros da Dinastia de Avis. São desse período os estudos sobre *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, publicado no vol.I dos *Arquivos do Centro Cultural de Paris*, 1969, pp. 53-79; *A carta de louvor ao Infante D. Pedro de 15 de Janeiro de 1446, Quatro cartas de D. Isabel de Urgel duquesa de Coimbra e Algumas mercês concedidas pelo Condestável D. Pedro, rei da Catalunha a súbditos portugueses*.

Algumas destas publicações indiciam já a tendência para o estudo das relações internacionais, que, de modo evidente, estariam presentes ao estudar as implicações do conturbado período da crise da regência negada à rainha viúva, D. Leonor de Aragão, tendência acentuada com as *Cartas do Infante D. Pedro aos conselheiros de Barcelona* (A.C.C.P.), estudo acompanhado pelo aparecimento, no mesmo ano de 1972, por mais dois intitulados *A expedição enviada pelo Infante D. Pedro ao Reino de Castela em 1441* e *Carta do Infante D. Pedro ao rei de Aragão, Afonso V*.

Durante estes anos de relativo isolamento, quebrado apenas pelos períodos de permanência no continente e noutros pontos da Europa – Itália, Bélgica, França, Espanha –, dedicados a intenso trabalho de pesquisa nos principais arquivos onde sabia ou presumia que se encontravam documentos relacionados com o Infante D. Pedro, prestou também atenção aos aspectos culturais e de conflitividade social, traduzidos em estudos, relativamente extensos, em que Humberto Baquero Moreno foi ensaiando uma metodologia de apresentação dos abundantes dados disponíveis, que lhes conferem uma consistência indestrutível. No plano cultural, é forçoso salientar *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo*, publicado, em 1970, na *Revista de Ciências do Homem* da Universidade de Lourenço Marques, de que era Secretário de redacção. Neste estudo, além de valorizar as preocupações culturais de D. Afonso V, que nos seus paços, situados no castelo de S. Jorge, em Lisboa, criou uma livraria equipada com «mesas onde eram dispostos os livros para a consulta dos leitores», identificou nominalmente 57 beneficiários das bolsas de estudo concedidas pelo monarca, revelando, ao mesmo tempo, em longo e expressivo quadro sinóptico, os seus progenitores e respectivas condições sociais, comprovando, documentalmente, que muitos deles pertenciam à nobreza, outros estavam ligados aos serviços da Corte e da governação, em diversos pontos do Reino, e que alguns deles eram doutores juristas, esclarecendo também os montantes das bolsas, que não eram iguais.

Esta preciosa informação, associada a idêntica medida cultural, muito antes, tomada por D. Sancho I, permite afirmar que a política neste sentido implementada por D. João III, no século XVI, embora acrescida da decisão de enviar os bolseiros para Paris, no essencial, não era inteiramente nova. Em contraponto com a concessão de bolsas de estudo, devemos ter presentes os diversos convites formulados a célebres humanistas italianos para virem para Portugal, durante o reinado de D. Afonso V, bastando recordar os nomes de Mateus de Pisa ou Pisano, Justo Baldino, futuro bispo de Ceuta, Francesco Cavalcanti, etc.

Nesse mesmo ano de 1970, Humberto Baquero Moreno apresentava na *Revista de Ciências do Homem* um novo e importante estudo, em que, mais uma vez, simultaneamente, patenteava a sua atenção à história social e às circunstâncias adversas que, por vezes ou mesmo com alguma frequência, envolviam as minorias étnicas e religiosas, de que *O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1449* é, sem dúvida, o exemplo mais expressivo entre nós. A leitura deste estudo, além de descrever os pormenores de um grave caso de tensão contra este núcleo da população judaica de Lisboa, patenteia a preocupação do seu autor em proceder à análise social dos intervenientes conhecidos, a começar pela identificação dos arguidos e

respectivas residências, categorias sociais ou / e profissões, natureza do roubo praticado por cada um dos culpados e as penas que lhes foram aplicadas.

Com este breve apontamento, mais do que registar um dos estudos que o seu autor elaborou com especial cuidado, pretendo observar que ele consubstancia também uma das rubricas e dos centros de interesse da investigação que o Prof. Baquero Moreno desenvolveu posteriormente, como ainda teremos oportunidade de expor.

A coroar o intenso trabalho de investigação histórica – realizada a par da lecionação das várias disciplinas que lhe foram confiadas, desde os primórdios da Universidade de Lourenço Marques, que ajudou a fundar – investigação materializada em 17 estudos publicados, número acrescido de mais cinco, então, no prelo, oportunamente, vindos à luz da publicidade, o Prof. Baquero Moreno brindou a Cultura Portuguesa e, em particular, os medievistas com a sua notável dissertação de doutoramento *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, obra incontornável para quantos pretenderem ocupar-se do século XV português. Com os limites cronológicos do seu núcleo central bem definido – 1438-1449 –, nas suas 1199 páginas, ultrapassa-os, quando necessário, tanto em relação aos antecedentes como no plano das consequências de Alfarrobeira.

Constituindo esta dissertação o seu *opus magnum*, que, em termos medievais e atendendo à função e importância exercidas na sua carreira académica, podemos designar também como *obra prima*, é compreensivelmente, a sua obra mais conhecida, circunstância que me permite restringir a breves considerações esquemáticas as numerosas referências a que ela teria direito.

Desenvolvendo-se, essencialmente, em torno da batalha de Alfarrobeira, termo fádico de um processo que tem como antecedentes as complexas vicissitudes por que passou a questão da regência, aberta com a morte de D. Duarte, nesta primeira parte estudou os conturbados tempos da regência, entre as cortes de Torres Novas (Novembro de 1438) e as de Lisboa (Dezembro de 1439), que atribuíram a regência *in solidum* ao Infante D. Pedro, segundo a proposta do Infante D. João, em seu nome, justificada pelo Doutor Diogo Afonso Mangancha, que não hesitou contrariar as decisões das cortes de Torres Novas sobre a regência conjunta da Rainha e do Infante D. Pedro, chegando mesmo a mostrar, segundo informa Rui de Pina, «*com claras rezões, aprovadas per Dereito Divino e Humano, e autoryzadas por claros exemplos, que molher nom devia ter Regimento. Nem que douis em companhia nom deviam reger, mas bum soo, e pera ser bum soo devia ser o Yfante Dom Pedro, e que a Raynha servysssem, e acatassem todos como era rezam e o requeria, ser molher e madre de taaes douis Reis e virtudes que tinha*».

A partir daqui, sucedem-se diversos episódios de que D. Leonor foi protagonista, criaram-se solidariedades políticas e militares, que puseram o Reino à beira de uma guerra civil, com a eventual participação dos Infantes de Aragão, neutralizada na sequência de expedição enviada pelo Infante D. Pedro a Castela.

Neste contexto, Baquero Moreno estudou também a intensa actividade diplomática registada com Castela e Aragão, expressa em algumas publicações acima referidas, e analisou em pormenor o projecto e as medidas tomadas e postas em prática pelo Infante D. Pedro ao longo da sua regência, acompanhou os preparativos e a caminhada para Alfarrobeira, bem como as reacções à morte do antigo Regente.

Além dos aspectos políticos e militares presentes ao longo de toda a dissertação, ocupam um lugar de extrema importância as reiteradas análises de cunho económico e social, relativas aos partidários de D. Leonor e dos beneficiários dos bens que lhes foram confiscados, o mesmo tendo acontecido no caso dos apoiantes do ex-Regente e dos que se mantiveram fiéis ao monarca, D. Afonso V.

A identificação e definição do estatuto social de tão elevado número de intervenientes nestes acontecimentos transformam esta dissertação de doutoramento em obra de leitura ou, ao menos, de consulta obrigatória para se compreender a sociedade portuguesa quatrocentista, convindo não olvidar a exemplaridade metodológica da apresentação dos dados individuais e o seu pioneirismo na elaboração das monografias dos personagens mais intervenientes nos acontecimentos descritos, contrariando, assim, a prática da apresentação maciça de documentação total ou quase totalmente inaproveitada.

Com a defesa da dissertação de doutoramento, a que acabo de me referir, na Universidade de Lisboa, em Janeiro de 1974, podemos considerar encerrada a primeira fase da produção historiográfica e do *curriculum* científico do Sr. Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno, que, adequadamente, se deve considerar como período de *afirmação*, tanto mais que sabia muito bem que não dispunha de qualquer outro patrono, além do fruto visível do seu árduo e intenso trabalho, que lhe permitiu derrubar as barreiras levantadas por alguém que, até ver a sua monumental tese, já impressa, não acreditava na possibilidade de se fazer uma dissertação de doutoramento, em Moçambique, a milhares de quilómetros da Torre do Tombo e de outros arquivos portugueses.

Produzido num tempo em que os medievalistas portugueses não passavam de um pequeno grupo, e sem os apoios que hoje, facilmente, se podem encontrar, o *curriculum* científico do Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno, relativo a esta primeira etapa da sua caminhada universitária, assume o duplo valor de *exemplo* e *estímulo*, devendo-se, mesmo, observar que nesta fase radicam os primórdios de algumas áreas da investigação que, incansavelmente, tem prosseguido nesta Faculdade.

3 – Fase portuense – (1974-2001)

Após o 25 de Abril de 1974, entre os convites que lhe foram endereçados, optou pelo recebido da Faculdade de Letras do Porto, onde tinha alguns amigos e conhecidos: nomeadamente os Professores Doutores Oliveira Ramos e António Cruz, que tinha sido um dos membros do júri do seu doutoramento, que muito nos falou das obras, então, brilhantemente defendidas, como acima referi.

Conheci, pessoalmente, o Prof. Baquero Moreno, em Setembro / Outubro de 1974, quando se apresentou, pela primeira vez, na sala dos professores de História, tendo-se iniciado, então, uma amizade que foi crescendo com a passagem do tempo, sobrevive e passará para além da aposentação. Eram tempos difíceis, mas sobre Baquero Moreno, que também os sentiu, não pairava a incerteza que afligia a grande maioria dos assistentes, em relação aos futuros doutoramentos, que para muitos ainda vinha longe. Pôde, por isso, entregar-se, sem preocupações desta natureza à docência e à investigação, passando, rapidamente, a ser solicitado para conferências e outras actividades de extensão universitária.

A partir do ano lectivo de 1975-1976, passei a colaborar como Prof. Baquero Moreno na disciplina de História Medieval de Portugal, tendo assistido às suas aulas, que me foram extremamente úteis. A partir do ano seguinte (1976-1977), como responsável que era por esta disciplina, organizou o programa em módulos e propôs-me o sistema de alternância na docência dos mesmos, isto é, quem lecionasse um determinado módulo, fá-lo-ia às duas turmas. Para mim, esta proposta correspondia a uma prova de inteira confiança da sua parte, reveladora do seu perfil magnânimo e isento, como outros factos revelam.

Com efeito, como assistente, competia-me corrigir as provas escritas das frequências e dos exames e propor as classificações, que lhe apresentava, juntamente com os originais das provas,

sendo-me grato poder afirmar que, também neste aspecto, depositou em mim plena confiança, limitando-se a confirmar as classificações propostas. Apostado como estava na criação de um sector de História Medieval forte, dentro do Curso de História, proporcionou condições aos seus colaboradores para a elaboração das teses de doutoramento, mediante a concessão de dispensa de serviço lectivo, mas deixando aos potenciais interessados a escolha de quem seria o primeiro a gozar desse privilégio, assunto rapidamente decidido entre mim e o colega Armando Carvalho Homem, na maior cordialidade e estima mútuas.

A menção destes pormenores de índole marcadamente pessoal constitui um parêntesis na exposição sobre a produção histórica do nosso homenageado, que desejo aproveitar, porque dificilmente voltaria a ter oportunidade de os referir.

Fazendo-o, agora, quero significar ao Sr. Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno que eu e o meu colega Prof. Carvalho Homem não esquecemos o modo como sempre nos tratou e o apoio que nos dispensou, como primeiros e mais próximos colaboradores nas lides da História Medieval, nesta Faculdade.

3. 1. – Áreas preferenciais

Detive-me na apresentação dos principais estudos publicados na primeira fase da sua actividade universitária, mas não esqueci outros, que, embora sendo de menor extensão, prenunciaram linhas de investigação, depois, amplamente desenvolvidas, na Faculdade de Letras, como teremos ocasião de esclarecer, ao longo das considerações que a seguir ainda terei de fazer.

Mesmo deduzindo às quase três centenas de títulos os vinte e três relativos à primeira fase e as entradas registadas em dicionários e encyclopédias, a única forma de poder abordar a variada e extensa obra do Prof. Baquero Moreno é tentar sistematizá-la em torno de áreas preferenciais a que prestou reiteradamente sua atenção, quer por iniciativa própria, quer, muitas vezes, para responder a solicitações concretas sobre temas da sua especialidade e do maior interesse para os organizadores das mais variadas iniciativas científicas e culturais. Salientarei as principais, acentuando, desde já, que não é possível – direi mesmo, desejável neste momento – especificar, de forma exaustiva, todas as publicações abrangidas por cada uma das rubricas escolhidas, nem outros artigos mais difíceis de enquadrar nesta tentativa de ordenação, dentro tempo disponível.

3. 1. 1. – Em torno do Infante D. Pedro

Assim – e como facilmente se comprehende –, apesar do muito que já havia escrito sobre o Infante D. Pedro, a sua personalidade e acção continuaram a merecer-lhe especial interesse, patente na reedição de alguns estudos anteriores sobre ele, reunidos no volume *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Itinerários e Ensaios Históricos*, editados pela Universidade Portucalense, em 1997. Nesta reedição, os *Itinerários* foram enriquecidos com um conjunto de doze mapas, correspondentes à sua movimentação anual, durante o período da regência e aos meses de 1449, que precederam os acontecimentos de Alfarrobeira. O volume abre com o estudo intitulado *O Infante D. Pedro, da Regência a Alfarrobeira*, essencialmente constituído por uma retrospectiva historiográfica, destinada a evidenciar o modo como os Cronistas e outros autores apreciaram a acção governativa do Regente, desde Rui de Pina aos nossos dias, não faltando quem o tratasse com severidade, como Anselmo Braamcamp Freire e Fortunato de Almeida, bastando recordar as seguintes palavras deste último: «manifestamente não procedia D. Pedro com lisura. Não se lhe descobre um acto de isenção, nem propósitos de concórdia, como se as suas ambições a tudo sobrelevassem». Mais estranha ainda se torna a apreciação de Vitorino

Magalhães Godinho sobre o Infante Regente, ao afirmar textualmente: «*nos conflitos que se seguiram à morte de D. Duarte, o Infante D. Pedro foi o chefe do partido Regente, com viva resistência dos nobres; D. Henrique nunca agiu ao lado do irmão, procurou sempre (por exemplo no seu projecto de constituição) favorecer a nobreza, em detrimento da classe burguesa. Nos conflitos que terminaram com Alfarrobeira, D. Henrique não interveio decisivamente a favor do irmão e ficou no campo do rei (aliás dos nobres).*»

Antes de me referir à resposta que o Prof. Baquero Moreno deu, como se impunha, não desisto a classificar esta passagem como um excelente exemplo dos perigos a que nos pode conduzir a uma certa prática, para não dizer “corrente”, bastante generalizado entre nós, de “teorizar” em História, sem conhecimento rigoroso dos factos. Vejamos, por isso, em manifesto contraste, a posição de Baquero Moreno, solidamente apoiada em abundante documentação, lançando mão do que já havia escrito na sua dissertação de doutoramento e em artigos autónomos: «*Dificilmente poderemos aceitar um comportamento deste tipo na conduta de ambos. Coube-nos demonstrar que foi graças ao apoio dos irmãos (incluindo D. Henrique) que o duque de Coimbra desmontou a estratégia do conde de Barcelos, quando da disputa com a facção apoianto de Dona Leonor. Foi também graças a D. Henrique que o regente alcançou legitimidade nas cortes de Lisboa de 1439, quando aquele intercedeu junto da rainha para que esta autorizasse D. Afonso V a vir às cortes. Não fosse esse apoio e dificilmente D. Pedro alcançaria os seus designios.*» E a isto poderia ter acrescentado a atitude do Infante Navegador a favor do irmão, nas vésperas de Alfarrobeira, chegando, inclusive, a ter de arrostar com uma série de suspeções lançadas contra ele, pondo mesmo em dúvida a sua «lealdade» ao Rei. Mais recentemente, poderia constituir digna resposta a leitura de *Os Infantes D. Pedro e D. Henrique durante o período da Regência*.

Por sua vez, em *O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra*, além de traçar o retrato físico do Infante do D. Pedro, dá-nos conta dos privilégios por ele concedidos a numerosas localidades, dispersas através do ducado de Coimbra. As intervenções em que o Infante D. Pedro é apreciado de vários pontos de vista sucederam-se, como consta do elenco bibliográfico, vindo a propósito sublinhar a apresentada na inauguração da estátua do Infante D. Pedro, em Mira, no dia 14 de Dezembro de 1996, sob o título – *O significado duma Estátua*, integrada na publicação *Um roteiro para a eternidade. A primeira estátua do Infante Dom Pedro*, que, obviamente, encheu de alegria quem tanto tem estudado a sua figura e acção governativa.

Os estudos sobre o Infante D. Pedro realizados pelo Prof. Baquero Moreno, não se podem apreciar de forma isolada, mas antes integrados no conjunto dos estudos dedicados à Dinastia de Avis, onde ocupam um lugar importante, como importante foi o papel desempenhado pelo Infante D. Pedro, vindo a propósito evocar os estudos dedicados a D. João I e D. Duarte, já referidos, a reacção de uma parte da nobreza contra D. João I e o subsequente exílio de muitos nobres para Castela, etc. Vem, por isso, a propósito assinalar os estudos sobre *O Infante D. Henrique e a cidade do Porto onde nasceu*, *O Infante D. Henrique na Regência do Infante D. Pedro*, *O Infante D. Henrique uma vida de Descobrimentos*, *O Conde de Barcelos na Regência do Infante D. Pedro*, tendo de se omitir os dedicados a outros descendentes de D. João I.

3. 1. 2. – Municipalismo

Na obra do nosso homenageado, avultam os numerosos estudos consagrados ao *municipalismo*, área que muito tem privilegiado, no âmbito cronológico dos séculos XIII a XVI, seja no plano meramente teórico e numa perspectiva nacional, discutindo as teorias relativas à origem dos concelhos, em que a posição de Alexandre Herculano, mesmo divergindo do grande mestre, lhe serve de ponto de partida, oferecendo uma visão de conjunto sobre esta realidade histórica nacional, como acontece em *O municipalismo em Portugal: perspectiva histórica*, seja em estudos sobre municípios e localidades elevadas à categoria de municípios pela concessão

de forais, ou procedendo a uma articulação entre os poderes local e central, de que pode servir de exemplo a comunicação *O poder central e o poder local: modos de convergências e de conflito nos séculos XIV e XV*.

Este relacionamento, que muitas vezes se verificava directamente, assumia outra expressão quando feito mediante a representação em cortes, quer através da apresentação de *capítulos gerais*, de interesse para a generalidade dos municípios, quer de *capítulos especiais* procedentes de algum município ou de concelhos que só associados se podiam fazer ouvir em cortes. É por isso que teremos de reservar algum espaço para os estudos dedicados às cortes, no âmbito que a temática municipalista ocupa na extensa obra em análise, de que podem servir de exemplo *Capítulos especiais de Ponte de Lima apresentados nas Cortes de Coimbra de 1394* e *As cortes de Lisboa de 1448 (Capítulos especiais de Évora)*, *A representação do concelho de Guimarães nas cortes de Lisboa de 1446*, *O concelho de Beja nas Cortes de Santarém de 1451*, *As cortes de Viseu de 1391* e *A representação do Concelho de Caminha junto do Poder central em meados do século XV*.

E a mesma atenção se deverá ter em relação aos mecanismos de controlo do poder municipal exercido pela Coroa, evidenciado em estudos como *A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459)*. Dentro desta linha de controlo que o poder central ia exercendo, em contraste com a presença mais ou menos esporádica dos corregedores, não se pode esquecer a função nesse sentido exercida pelos besteiros do conto, cujos *Privilégios concedidos pelo Infante D. Pedro aos besteiros do conto (1440-1446)* foram também estudados exaustivamente pelo Prof. Baquero Moreno.

Nos seus estudos, o mesmo Professor valorizou muitos outros aspectos da vida municipal, incluindo o conhecimento dos elementos que integravam as estruturas orgânicas das próprias vereações, impondo-se deixar bem claro que foi, precisamente, por este último aspecto que iniciou esta área de investigação, ainda na Universidade de Lourenço Marques, com *Os juízes, vereadores, funcionários e homens bons do município de Serpa, em 1441*, trabalho publicado em 1972, a que se seguiu outro de teor idêntico intitulado *A vereação do concelho de Ponte de Lima em 1446*, vindo a público, em 1974.

Muitos dos seus estudos sobre esta temática foram reunidos no volume *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos históricos*, continuando muitos outros dispersos, tal como dispersas são as localidades a que foram dedicados, desde Melgaço – *O concelho de Melgaço no tempo de D. João I* –, às regiões transmontanas – *Mirandela e o seu foral na Idade Média Portuguesa* –, passando pelas terras de Ribacôa, com *A irmandade de Ribacôa nos fins do século XIII e A irmandade de Ribacôa: novos documentos*, pelas Beiras – e recorde-se *O foral da Covilhã e a evolução do Concelho na Idade Média e Dois concelhos medievais da Beira Interior: Sabugal e Sortelha* –, até Loulé, no Algarve, etc.

Intimamente relacionados com a vida municipal estão os coutos de homiziados, a que já nos referimos, instituídos em muitos concelhos. É por isso que esse estudo tem pleno direito a ser inserido também nesta área da sua investigação.

Para encerrar este ponto, não poderia omitir a referência à publicação das *Vereações municipais de Loulé*, em colaboração com os, então, licenciados Luís Miguel Duarte e o malogrado João Machado, e ao seminário sobre os concelhos medievais, que, ultimamente, tem avançado pelo século XVI, por ele instituído e dirigido, há cerca de dezoito anos, contando já várias dezenas de dissertações defendidas, com êxito.

3. 1. 3. – Conflitividade social

Se, mesmo a propósito do estudo de acontecimentos políticos, o Prof. Baquero Moreno foi estudando, de forma inovadora, os aspectos sociais, esta preocupação está igualmente presente,

no quadro do poder municipal, a que tanto se tem dedicado. A análise da sociedade portuguesa, em vertentes inéditas ou pouco desenvolvidas encontrou nele um cultor atento e fortemente apaixonado por esta temática, a que, de resto, permanece fiel, desde a elaboração da sua dissertação de licenciatura, intitulada *Subsídios para o Estudo da Sociedade Medieval Portuguesa. Moralidade e Costumes*, concluída em 1961. Não admira, por isso, que este constitua um dos capítulos mais vastos, no panorama da obra já publicada.

Também aqui se impõe observar que os primeiros estudos sobre esta temática, vieram à luz da publicidade em Lourenço Marques, nomeadamente *O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1449, Um contestatório da acção governativa do Infante D. Pedro: João Pires, tanoeiro de Palmela, Injúrias e blasfêmias proferidas pelo homem medieval português na sua vida de relação social, Uma demanda entre o cabido da Sé de Coimbra e o vigário de Cantanhede, durante a regência do Infante D. Pedro e Uma aldeia medieval do termo da Guarda: a Vela,*

Não sendo possível deter-me na apreciação destes estudos, alguns relativamente breves, além de reiterar a sua preparação concomitante com a da tese de doutoramento, convém observar a forte marca de conflitividade social, seja em relação a uma minoria étnica e religiosa, seja na vida corrente dos cidadãos, reflectindo, aspectos curiosos da sua mentalidade religiosa ou de falta dela – observação que se pode ampliar se não esquecermos o estudo sobre *A feitiçaria em Portugal no século XV* –, seja pela reacção de um indivíduo contra o poder constituído, ou entre um município e uma aldeia nele integrada, que acaba por se libertar, recebendo o necessário foral, ou, ainda, contando como parte interveniente com a uma qualificada corporação eclesiástica, como era o Cabido de Coimbra. Estes estudos, reunidos em volume, em 1976, que alguns menos atentos poderiam considerar surgidos ao sabor dos ventos que então sopravam, são muito anteriores.

Os estudos do Prof. Baquero Moreno, nesta área do social, multiplicaram-se, tratando – sempre apoiado em documentação arquivística – aspectos novos e do maior interesse, dentro do complexo mundo social, como *A vagabundagem nos finais da Idade Média, Um possesso do Demónio no século XV, Abusos e violências no Reino dos Algarves, durante o reinado de D. Afonso V*, e, com título semelhante, *Abusos e violências na Região da Beira Interior durante o Reinado de D. Afonso V*, e, com particular insistência, casos de conflitividade política, salientando a oposição da nobreza ao poder régio, a opção do exílio escolhida por uma parte dos intervenientes nos acontecimentos relacionados com a crise de 1383-1385 e desenvolvimentos futuros e com *A Conspiração contra D. João II: O Julgamento do Duque de Bragança*. Neste contexto de conflitividade social, ocupam uma posição de relevo os estudos sobre *Bandos nobiliárquicos em Olivença nos fins do século XV, Os conflitos entre a nobreza e os concelhos medievais, no século XV, Um conflito social em Pinhel e seu termo, no século XV e Conflitos em Loulé entre os Barretos e os seus opositores no século XV*, convindo notar que nestas alterações da ordem pública, que vão aparecendo no reino de lés-a-lés, estão implicadas famílias nobres, com as respectivas solidariedades de parentesco.

A estas situações de mal-estar e hostilidades, como acima ficou sugerido, em relação ao cabido conimbricense, não ficaram imunes outros clérigos seculares e instituições monásticas, bastando percorrer os róis dos que alinharam ao lado do Infante D. Pedro, rumo a Alfarrobeira, como aconteceu com o Prior da Colegiada de Guimarães, Rui da Cunha, e *A contenda entre o Abade de Santo Tirso, D. Fernando Lopes do Carvalhal, e João Rodrigues de Sá, Alcaide-Mor do Porto*, mais dois casos estudados pelo Prof. Humberto Baquero Moreno.

3. 1. 4 – Minorias: judeus e mudéjares

Chamei a atenção para o facto de o assalto à Judiaria Grande de Lisboa, em 1449, se encontrar nos primórdios dos estudos de análise social. Deverei adiantar que as hostilidades

contra os judeus, em diversas cambiantes, estiveram sempre na mira do nosso homenageado, como demonstram os estudos sobre *As pregações de Mestre Paulo contra os Judeus Bracarenses nos fins do Século XV*, *Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV, contra os judeus bracarenses*, *Reflexos na cidade do Porto da entrada dos Conversos em Portugal nos fins do século XV*, *Os judeus na cidade do Porto nos séculos XIV e XV*, *Da Judiaria do Olival ao Mosteiro de São Bento da Vitória*, *A sentença do rei D. João I, contra os judeus, de 1412*, *Movimentos sociais antijudaicos em Portugal, no século XV e Tensões e conflitos na sociedade portuguesa em vésperas de 1492*.

Para comodidade dos interessados nesta temática, devo informar que uma boa parte destes trabalhos de revelação e análise social se encontram reunidos nos dois livros seguintes: *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV e Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*

Embora com menor amplitude, não deixou de prestar atenção à minoria mudejar, dedicando-lhe o estudo *Os mudéjares no Portugal medievo*, que ajuda a formar uma ideia mais exata da composição social medieva portuguesa.

3. 1. 5. – Economia e demografia

Quase em jeito de nota de rodapé, por serem de naturezas diferentes dos anteriores, parece-me caberem aqui os estudos *A acção dos almoocreves no desenvolvimento das comunidades inter-regionais portuguesas, nos fins da Idade Média*, de algum modo retomado em *A importância da almocrevaria no desenvolvimento dos Concelhos durante a Idade Média*, e *Um testamento concebido durante a Peste Negra*, *A Peste Negra e os legados à Igreja*, *Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-1385 e Documentos inéditos para o estudo da «Peste Pequena» de 1599*, que, embora pudesse ter lugar noutras rubricas, eventualmente, abertas, não serão estranhos nesta, pois, além dos problemas sociais das comunicações e da economia, inerentes aos dois primeiros, os três seguintes prendem-se a questões demográficas, que o Prof. Baquero Moreno também abordou, na monografia dedicada à aldeia da Vela, a que está afectivamente ligado.

3. 1. 6. – Relações luso-castelhanas

Já por mais de uma vez me referi a estudos do Professor Humberto Baquero Moreno, em que estão bem claras as relações de vária ordem, entre Portugal e Castela e Aragão, tendo feito menção de correspondência diplomática e outra, bem como do envio de uma expedição militar que alterou as relações entre Castela e Aragão, poupano Portugal à eventualidade de uma intervenção conjunta para repor os direitos de regência da viúva D. Leonor.

Apesar disso, é necessário reabrir a alínea das relações luso-castelhanas, não só no aspecto político e militar, mas também na esfera económica, da itineração e do culto a Santiago de Compostela, pontos que já lhe mereceram alguns estudos.

No quadro do relacionamento político ou, preferencialmente, diplomático entre Portugal e Castela temos de contar também alguns estudos como *O papel da Diplomacia Portuguesa no Tratado de Tordesilhas*, *Dois negociadores do Tratado de Tordesilhas: Rui de Sousa e João de Sousa*, *Relações castelhano-portuguesas no século XV: os exilados políticos* e *As relações entre Portugal e Castela em torno de 1492*.

Deixando de parte as campanhas militares *Portugal no tempo de Afonso IX de Leão* dos primeiros séculos da nossa autonomia, valerá a pena registar os seguintes: *Portugal no tempo de Afonso IX de Leão*, *As relações de fronteira no século de Alcañices (1250-1350)*, *A ameaça*

externa sobre o Algarve durante a crise dos fins do século XIV, Áreas de conflito na fronteira Galaico-Minhota no fim da Idade Média e, a já mencionada expedição de 1441, A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478.

Numa perspectiva indirecta de relacionamento militar com Castela, não deveremos perder de vista as preocupações com a eventualidade de ser necessário organizar a defesa do reino, sem ocultar a estratégia de segurança interna e partidária, objectivos latentes na distribuição das *Alcaidarias dos castelos durante a regência do Infante D. Pedro, Os castelos medievais*, com especial insistência nos raianos, *Os castelos da Ordem de Avis no século XV, etc.*

Se, porém, nos voltarmos para os aspectos comerciais, teremos de averbar no *curriculum* editorial do Prof. Baquero Moreno *Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV, A navegação e a actividade mercantil no Entre-Douro-e-Minho*, donde irradiavam para a Galiza, França, Flandres e outras paragens do norte europeu, mas também para os portos de Aragão e Catalunha, sendo bem mais explícitas as *Relações marítimas e comerciais entre Portugal e a Baixa Andaluzia nos séculos XIV e XV*.

3. 1. 7. – Vias e peregrinações

Urge apontar para o termo desta exposição, mas não poderei concluir sem aludir à produção científica do nosso homenageado na área da vias de comunicação, pouco frequentada pelos investigadores. Muito se poderia dizer sobre este ponto, que é mais um a que prestou atenção pela primeira vez, ainda em Lourenço Marques, com o artigo *Alguns documentos para o estudo das estradas medievais portuguesas*, publicado em 1972, em que apresenta um primeiro esboço, documentado, das estradas a sul do Douro. Mediante estudos ulteriores, foi cobrindo o tracejado da rede viária, surgindo em 1982 as *Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV*, e vindo a apresentar, em 1986, na Revista da Faculdade de Letras do Porto. História, as *Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*, que permitiram completar a rede dos caminhos europeus de Santiago, demonstrando, ao mesmo tempo, que a rede viária portuguesa utilizada pelos peregrinos era bem mais densa e complexa do que até então se pensava

Além deste precioso contributo viário para as relações entre Portugal e Castela, incluindo a Galiza, o Prof. Baquero Moreno produziu diversos estudos, referentes às peregrinações, como *As peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza, A peregrinação a Compostela, A vida medieva do Atlântico na peregrinação a Santiago, Os votos de S. Tiago na comarca da Feira, na Idade Moderna (Primeiros resultados)*, mas também de grande interesse no âmbito das relações luso-espanholas.

O aspecto religioso subjacente à peregrinação a Santiago de Compostela constitui também um forte elemento de relacionamento e aproximação entre Portugal e Espanha e, em particular com a região da Galiza.

3. 1. 8. – Crítica histórica

Para concluir, tenho de esclarecer que, se o Prof. Baquero Moreno, através dos estudos expressamente referidos e de todos os outros que não foi possível incluir na síntese que tentei apresentar, surge como o historiador seguro, que vai haurir o conteúdo dos seus trabalhos às fontes documentais, situação que não costuma agradar aos que preferem teorizar sem a devida

fundamentação, ele não se absteve de emitir o seu parecer crítico fontes cronísticas e autores da dimensão de Alexandre Herculano. A título de exemplo, permito-me citar alguns desses estudos: *Do valor histórico de Gaspar Dias de Landim, Herculano e a história social e económica, A Regência do Infante D. Pedro, segundo a historiografia portuguesa contemporânea, O valor da Crónica de Zurara sobre a Conquista de Ceuta, O sentido da História*, submetendo, assim, à sua crítica algumas das fontes históricas a que muitos de nós recorremos.

4. – Conclusão

Não foi possível incluir nesta breve apresentação da obra do Prof. Baquero Moreno muitos dos seus estudos, concretamente, os relacionados com instituições eclesiásticas, monásticas e mendicantes franciscanos, nem outros de natureza económica, etc. Também não foi possível alinhar aqui sumárias referências aos trabalhos realizados no âmbito da história da Expansão e dos Descobrimentos, nem evocar a atenção prestada ao estudo do controlo exercido pelos corregedores nos municípios e donatarias das ilhas atlânticas, nem a participação na elaboração de manuais escolares, etc.

Apesar disso, creio ter contribuído para ficarmos com uma ideia mais aproximada da vastidão da sua produção historiográfica, das importantes áreas que privilegiou e em relação às quais explorou a rica e variada documentação das chancelarias e outros fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e de Arquivos Distritais e Municipais, que sempre indica em rodapé, enriquecendo, muitas vezes os seus trabalhos, escritos com extrema clareza e elegância, com apêndices documentais do maior interesse para outros investigadores.

A obra que já nos legou e continua a enriquecer, impõe-nos à consideração de todos nós como exemplo a seguir, no trabalho, na capacidade de fácil relacionamento com todos, na generosidade, no estímulo que deu a todos, dentro da secção de História, e a muitos docentes de outras secções.

Por tudo isto e pelo que fez para o relacionamento desta Faculdade com outras congêneres, sobretudo de Espanha e do Brasil, e pela vasta obra histórica sobre a nossa Idade Média, pode-se afirmar que bem mereceu da Universidade do Porto, que serviu nesta Faculdade, e da Pátria, cuja História e Cultura ajudou a conhecer melhor, durante quatro décadas de intenso e honesto trabalho de investigação, e formulou os mais sinceros votos por que Deus lhe conceda, como recompensa, vida e saúde, durante muitos e bons anos, para continuar a enriquecer-nos com novos estudos, que a História perpetuará.

Bem haja, Sr. Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno!